

A Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás: olhares dos egressos sobre os múltiplos aprendizados na formação do educador do campo na UFG e UFCat

 Heloisa Vitória de Castro Paula¹,  Alessandra Gomes de Castro²

¹ Universidade Federal de Catalão - UFCat. Faculdade de Educação. Avenida Dr. Lamartine Pinto de Avelar, n. 1120, Setor Universitário. Catalão - GO. Brasil. ² Universidade Federal de Goiás - UFG.

Autor para correspondência/Author for correspondence: heloisavitoria@ufcat.edu.br

RESUMO. O estudo ora proposto tem como foco a discussão sobre a Educação do Campo, bem como os princípios teóricos e pedagógicos que balizaram os cursos de Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás durante a implementação dos mesmos. O objetivo deste trabalho é apresentar os olhares dos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo sobre o processo da sua formação e a apropriação dos conceitos acadêmicos e políticos da Educação do Campo dentro dos dois cursos pesquisados. Para alcançar os objetivos da pesquisa foram utilizadas a pesquisa teórica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A partir da aplicação de questionário com questões abertas e fechadas foi possível evidenciar elementos sobre a percepção dos alunos a respeito do seu processo formativo no curso e os desdobramentos em sua atuação profissional. A subjetividade dos olhares dos egressos nos leva a refletir sobre a importância do curso de Licenciatura em Educação do Campo para além da universidade, tendo em vista os avanços e os retrocessos que nos limitam no espaço institucional da Educação do Campo. Observamos que há um consenso de que a proposta em ambas as universidades foi capaz de promover uma formação pautada na conscientização do papel destes alunos em suas comunidades, sendo agentes de mudança em suas comunidades.

Palavras-chave: licenciatura em educação do campo, egressos, formação de professores.

The Degree in Rural Education in the state of Goiás: graduates' views on the multiple learned in the training of countryside educators at UFG and UFCat

ABSTRACT. The study proposed here focuses on the discussion of Rural Education, as well as the theoretical and pedagogical principles that guided the Licentiate Degree in Rural Education courses in the state of Goiás during their implementation. The objective of this work is to present the views of the graduates of the course on the process of their formation and the appropriation of academic and political concepts of Rural Education within the two courses. To achieve the research objectives, theoretical research and documentary research were used and field research. From the application of a questionnaire with open and closed questions that brought elements about the students' perception about their training process in the course and the consequences in their professional performance. The subjectivity of the graduates' views leads us to reflect on the importance of the Licentiate Degree in Rural Education course beyond the university, in view of the advances and setbacks that limit us in the institutional space of Rural Education. Anyway, there is a consensus that training at both universities was able to promote training based on awareness of the role of these students in their communities, being agents of change in their communities.

Keywords: degree in rural education, graduates, teacher training.

El Grado en Educación de Campo en el estado de Goiás: opiniones de los egresados sobre los múltiples aprendidos en la formación de educadores de campo en UFG y UFCat

RESUMEN. El estudio que aquí se propone se centra en la discusión de la Educación Rural, así como los principios teóricos y pedagógicos que guiaron los cursos de la Licenciatura en Educación Rural en el estado de Goiás durante su implementación. El objetivo de este trabajo es presentar las opiniones de los egresados del curso sobre el proceso de su formación y la apropiación de los conceptos académicos y políticos de la Educación Rural dentro de los dos cursos. Para lograr los objetivos de la investigación, se realizaron investigaciones teóricas y documentales utilizados e investigación de campo. A partir de la aplicación de un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas que aportaron elementos sobre la percepción de los estudiantes sobre su proceso de formación en el curso y las consecuencias en su desempeño profesional. La subjetividad de la mirada de los egresados nos lleva a reflexionar sobre la importancia de la carrera de Licenciatura en Educación Rural más allá de la universidad, ante los avances y retrocesos que nos limitan en el espacio institucional de la Educación Rural. De todos modos, existe consenso en que la formación en ambas universidades fue capaz de promover una formación basada en la conciencia del rol de estos estudiantes en sus comunidades, siendo agentes de cambio en sus comunidades.

Palabras clave: licenciatura en educación rural, graduados, formación de profesores.

Introdução

No decorrer do processo de institucionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES), os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) têm assumido um importante papel no fortalecimento da Educação do Campo nos territórios camponeses. Ao passo que vêm contribuindo de forma veemente para ampliar o debate sobre a importância de se reconhecer que a Educação do Campo não pode ser compreendida apartada da realidade concreta dos sujeitos e do contexto político e social da luta pela terra, pela vida, por direitos, entre outros.

Uma digressão histórica permite entender que a Educação do Campo emergiu dentro do Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) e transcendeu os anseios do mesmo por uma educação para os assentados e os acampados da Reforma Agrária. Com o passar do tempo, ao reconhecerem que a luta não era somente dos “sem terra”, outros sujeitos, movimentos e instituições agregaram força para garantir uma política pública de educação para o campo que contemplasse os saberes e fazeres próprios dos povos do campo. Destarte, ao longo da história, a Educação do Campo vem se materializando para além da prática

pedagógica. Isto é, ao se territorializar busca romper com as cercas do latifúndio, do capital e da ignorância (Stédile & Fernandes, 2012).

O MST foi um dos principais interlocutores das lutas sociais do campo nas últimas décadas e fez da Educação uma de suas pautas, transformando as práticas pedagógicas dos assentamentos em um projeto de educação para o campo. O projeto educacional que se iniciava reconhecia para além do direito à escola, uma educação construída com os sujeitos, bem como a importância da formação de professores.

O reconhecimento do projeto educacional do Setor de Educação do MST encorajou a realização do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma agrária (ENERA), que aconteceu em 1997 e ganhou visibilidade interna e externa proporcionada pelo prêmio da UNESCO (MST, Boletim n. 9, 2004).

Nesse íterim, a partir do ENERA, inicia-se a articulação para a Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”, que aconteceu em Luziânia (GO) de 27 a 31 de julho de 1998, “... precedida por Seminários estaduais, com o apoio em um texto-base e nas experiências concretas, ela constituiu um processo unindo muitos parceiros na sua animação.” (Arroyo & Fernandes, 1999, p. 8).

Devido à seriedade com que o MST havia assumido esse projeto de educação, várias instituições se agregaram à luta, de forma que a Educação do Campo não pertencia mais somente ao movimento, gradativamente ela deixava os assentamentos e ganhava espaço dentro de outras instituições que tinham as suas atuações pautadas na garantia dos direitos humanos e sociais. Diante disso, na realização da Conferência Nacional foi possível reunir o próprio MST, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO) e a Universidade de Brasília (UNB).

A Educação do Campo ganha então um novo olhar, deixa de ser vista como educação rural ou educação para o meio rural e passa a ser reconhecida como um projeto educativo legítimo, pensado para os sujeitos do campo. Para o Setor de Educação do MST, a Educação do Campo primeiro se fez prática, para depois se constituir como um conceito de uma Educação que defende o direito de uma população de se educar e de pensar o mundo a partir do lugar em que vive (MST, Boletim n. 09, 2004).

Para sustentar esse projeto de Educação era preciso formar educadores

do campo capazes de realizar uma educação que rompesse com o que o movimento via como a lógica capitalista imposta nas escolas, e se pautar em uma matriz formativa que se atentasse para o indivíduo em sua integralidade, sem se fundamentar somente na formação intelectual, mas também na formação humana dos sujeitos.

Neste contexto, os movimentos conquistaram o direito à educação básica aliada à formação docente em nível superior em consonância com a realidade e as lutas do campo. Sendo que as primeiras experiências de formação superior para as educadoras e os educadores que atuavam nas escolas dos acampamentos e assentados da reforma agrária aconteceram em 1998 no Rio Grande do Sul, momento em que foi ofertado um curso intitulado “Pedagogia da Terra”, que contou com educandos advindos de todo Brasil. No ano seguinte, esse curso espalhou-se para outros Estados brasileiros (Ribeiro, 2004).

Para Castro (2020), a oferta desse curso foi um marco na história da formação de professores do campo. A começar pelo fato de ser o primeiro curso cuja organização e gestão foram realizadas por duas coordenações: uma composta por membros da universidade e outra por representantes do MST. Outro aspecto refere-se à organização curricular, que diz

respeito à organização curricular estruturada com a Pedagogia da Alternância¹, desenvolvida em dois tempos *educativosformativos*: Tempo Escola (TE) – realizado na instituição de ensino e Tempo Comunidade (TC) – desenvolvido nas comunidades de origem dos educandos. Para Caldart *et al* (2013),

... a relação entre Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) é uma forma de afirmar a escola como espaço de formação conectado com a comunidade e com a organização coletiva e a luta social, seja na relação com a base acampada e assentada, seja na participação nas lutas nacionais e internacionais dos trabalhadores. É essa materialidade que nos permite ir além da escolarização e da formação técnica (p. 139).

A organização do curso em alternância contribuiu para fortalecer as escolas dos acampamentos e dos assentamentos, bem como a luta por uma educação própria do campo. Isso porque, para ingressar na Pedagogia da Terra, os candidatos deveriam pertencer às áreas da Reforma Agrária ou ter alguma ligação com os movimentos ou organizações sociais do campo (Castro, 2020).

No que se refere à educação, o ano de 1998 foi um marco para a conquista dos povos do campo, haja vista que, para além dos acontecimentos supracitados, ocorreu também a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(PRONERA) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que impulsionou o trabalho com os cursos formais e ampliou as discussões para uma política de formação de educadores do campo em nível superior (MST, Boletim n. 09, 2004).

A formação docente em Educação do Campo conseguiu avançar no ano de 2007, momento em que foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) por meio do Ministério da Educação, pela iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo. Para ofertar as experiências piloto de turmas de Licenciatura em Educação do Campo, nesse mesmo ano, foram convidadas quatro instituições: UFMG, UNB, UFBA e UFS.

Posteriormente, nos anos seguintes (2008 e 2009) outros editais foram lançados de forma a possibilitar a ampliação dessas experiências, bem como a participação de outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Em 2012 foi lançado o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). No Eixo II estava contemplada a Formação Inicial e

Continuada de Professores, fortalecendo a formação de professores nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em regime de alternância. Destarte, nesse período, o MEC publicou outro Edital conclamando as IES que tivessem interesse em ofertar a LEdoC não mais como uma turma especial, mas como curso regular de graduação.

A partir do surgimento do PRONERA, do PROCAMPO e do Edital de 2012, a institucionalização foi se delineando e o curso de Licenciatura em Educação do Campo se instalando nas universidades. Para que os cursos contemplados tivessem garantia de continuidade nas IES, houve uma contrapartida com a disposição de 15 vagas para professores efetivos e três vagas para técnicos administrativos (Paula, 2020).

Ademais, mesmo diante desse comprometimento, os desafios para a implementação dos cursos foram além do institucional. A estrutura organizacional das instituições não estava preparada para receber um curso que acontecia por regime de alternância, levando muitos cursos a terem que se adequar ao sistema operacional da universidade quanto à oferta dos períodos letivos. Diante do exposto, é possível compreender o longo caminho percorrido até que se consolidasse a LEdoC no interior das universidades, não

estando os cursos da UFG e UFCAT (em implantação) distantes dessas realidades e enfrentamentos.

Nesse aspecto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os olhares dos egressos dos cursos da UFG e UFCAT sobre o seu processo formativo, bem como a apropriação dos conhecimentos acadêmicos e políticos da Educação do Campo no interior dos dois cursos.

A Educação do Campo nas instituições de ensino superior de Goiás

A Universidade Federal de Goiás (UFG), ao longo do tempo, tem procurado ofertar cursos de graduação vinculados às lutas dos movimentos sociais do campo. Exemplo disso é o curso de Pedagogia da Terra ofertado em 2007 pela Faculdade de Educação da UFG em parceria com o INCRA via PRONERA, cujo objetivo era formar educadoras e educadores para o exercício da docência nos diversos assentamentos vinculados ao INCRA.

No mesmo ano foi criada na UFG da Cidade de Goiás uma turma especial de graduação em Direito voltada para Beneficiários da Reforma Agrária, estendida aos Agricultores Familiares Tradicionais. Essa turma foi nomeada como: Turma Professor Evandro Lins e Silva. Destarte, a oferta de uma turma de Direito pelo PRONERA na UFG se constituiu como um marco na história da

educação brasileira. Ao passo que foi a primeira vez que no Brasil uma Instituição de Ensino Superior ofertou um curso de graduação em Direito, público e de qualidade para os sujeitos do campo. Além disso, significou que os chamados “sem terra” e os seus filhos estavam ocupando o *latifúndio do saber* (Castro, 2020).

Os movimentos sociais do campo prosseguiram na luta para efetivar a formação de professores para além de uma turma especial. Dessa forma, em 2012, a UFG concorreu ao Edital lançado pelo MEC/SECADI que visava selecionar Instituições de Ensino Superior para ofertarem a Licenciatura em Educação do Campo como curso regular e presencial, voltado para a formação de professores para a segunda fase do ensino fundamental e para o ensino médio nas escolas do campo no regime de alternância.

A possibilidade de trazer um curso com a designação de vagas para professores e técnicos despertou o entusiasmo do então Reitor – Professor Edward Madureira Brasil - para elaborar propostas para concorrer ao edital. De forma que, ao tomar conhecimento da Chamada Públicaⁱⁱ, o reitor juntamente com a Pró-Reitora de Graduação – Professora Sandramara Matias Chaves - conclamaram os diretores dos respectivos *Campi* para se atentarem aos requisitos

estabelecidos pelo MEC e organizarem comissões para concorrerem ao Edital.

De acordo com o Edital, o Projeto Pedagógico deveria ter o currículo organizado por áreas de conhecimentoⁱⁱⁱ previstas para a docência multidisciplinar. A comissão constituída na cidade de Goiás perante as indicações do MEC optou por Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias, considerando a realidade do município. A então Regional Catalão optou por Ciências da Natureza e Matemática.

Apesar do escasso tempo para elaboração e tramitação, os projetos submetidos ficaram em 25º e 26º lugar, de um total de 45 colocações. As duas propostas foram aprovadas para serem ofertadas no Câmpus Goiás e no Câmpus Catalão^{iv}. Todavia, as LEdoC deveriam ofertar somente uma habilitação e devido à ausência de profissionais foi sugerida a área de Ciências da Natureza.

As LEdoCs no Brasil foram pensadas para o ingresso de um perfil específico de candidato, ou seja, para os profissionais que já estavam atuando nas escolas localizadas no meio rural e que não tinham uma formação de nível superior e para os jovens e adultos que não fossem professores, mas tivessem a intenção de vir a ser educadores nas escolas do campo.

Os cursos ofertados na UFG/UFCAT tinham o intuito de atender a essa especificidade. Para isso, a primeira seleção foi realizada por meio de um vestibular específico. Para alcançar o público a que se propunha, o Centro de Seleção da UFG lançou o Edital nº 082/2013 visando o preenchimento de 60 (sessenta) vagas para cada Câmpus. O Edital preconizou obrigatoriamente dois tipos de candidatos: primeiro, os professores do segundo segmento do ensino fundamental ou do ensino médio das escolas do campo^v localizadas em áreas rurais de municípios com menos de 50 mil habitantes; e segundo, profissionais que atuavam em escolas ou instituições rurais desenvolvendo atividades educativas direcionadas a jovens e adolescentes.

Os candidatos aprovados no vestibular, no ato da matrícula, tiveram que apresentar um documento oficial comprovando o exercício do magistério em uma escola do campo ou a atuação com atividades educativas direcionadas a jovens e adolescentes em escolas ou instituições com vínculo com o campo.

O primeiro processo seletivo específico realizado de forma conjunta pela UFG garantiu a entrada de 53 alunos na cidade de Goiás e 37 alunos na cidade de Catalão. No ato da matrícula, os candidatos aprovados preencheram um questionário

no sistema da UFG. A partir dos dados, foi possível levantar o perfil dos ingressantes. Nas duas cidades o perfil dos alunos correspondia ao seguinte: a maioria era do sexo feminino (>50%); a maior parte dos estudantes (>50%) era composta por moradores da área urbana e os demais residiam em municípios próximos às sedes ou nas áreas rurais; a renda familiar em sua maioria absoluta era inferior a quatro salários mínimos; e 60% dos estudantes eram trabalhadores.

Os ingressantes nos cursos da UFG eram em sua grande totalidade alunos oriundos do sistema público de ensino, sendo que uma parcela significativa deles, em algum momento das suas vidas escolares, cursou uma parte dos seus estudos em escolas no campo.

Ademais, os dados permitiram compreender que um número expressivo ficou um grande período afastado da escola, isto é, mais de 70% ficaram por mais de dez anos sem frequentar a escola. Devido a essa situação, para concluir a educação básica, um grande percentual recorreu à Educação de Jovens e Adultos ou ao Ensino Supletivo para concluir o ensino médio.

A história das Licenciaturas em Educação do Campo da UFG - Câmpus Goiás e da UFCAT se encontra em muitos momentos que vão além da sua criação.

Ambas iniciaram suas atividades no primeiro semestre de 2014, ainda com poucos professores concursados e precisando se organizar no tempo/espço em que se encontravam. Quando falamos do tempo/espço, queremos evidenciar os desafios impostos pela oferta de um curso em regime de alternância em dois locais que tradicionalmente realizam suas atividades em períodos regulares de oferta de disciplinas, ofertando de forma restrita componentes curriculares no período de recesso acadêmico.

Para superar as suas dificuldades iniciais, ambos os cursos buscaram o acolhimento dos alunos como ponto de partida, recebendo os mesmos de forma calorosa, a fim de situá-los no espço da universidade e apresentar a Licenciatura em Educação do Campo e a equipe de docentes. No caso do Câmpus Goiás, por exemplo, no primeiro dia de aula foi proferida uma palestra com o intuito de realizar um resgate da luta pela terra e a educação dos diversos sujeitos do campo no município de Goiás. A seguinte narrativa de uma aluna da primeira turma da cidade de Goiás é capaz de retomar a importância do curso na vida desses camponeses:

Quando a gente ficou sabendo do curso ... foi muito em cima da hora. Eu lembro que [uma amiga] ficou sabendo e me avisou: “— tem um

curso de Educação do Campo, vamos fazer”? Eu nem sabia o que era o curso. “— Só de saber que tem Educação do Campo, a gente vai se identificar com alguma coisa lá. Então vamos”! A gente foi e fez a inscrição. Foi no sindicato pegar uma declaração, comprovando que a gente era do meio rural. E, aí quando começou o curso, a gente foi vendo que era uma formação para professores. A gente nem sabia o que era o curso. ... No dia da apresentação do curso, foi que a gente ficou sabendo o que era o curso. A gente foi meio que se apaixonando no decorrer do tempo ... (Benvindo, 10/07/2019).

O “novo” curso despertou a curiosidade de vários candidatos. Em todas as oportunidades de diálogo eram vários os questionamentos e as inquietações em torno dessa licenciatura. Eram alunos e alunas como a Benvindo, que veio do campo e que buscava uma formação em nível superior, mas não esperava que encontraria um curso que fizesse o resgate da sua identidade camponesa, valorizando os seus saberes e sua cultura, sem menosprezar a sua origem.

Na sua narrativa ela mencionou que mesmo sem “conhecer” a LEdoC fez a inscrição por indicação da amiga e foi aprovada. Por ser de assentamento, partiu do princípio de que ao envolver a Educação do Campo o curso iria contribuir para a sua vida. Ao participar da palestra de apresentação da LEdoC pôde compreender que se tratava de uma

formação de professores para atuarem nas escolas do campo.

Aos poucos os sujeitos do campo, a classe trabalhadora da cidade e as comunidades tradicionais foram ocupando os espaços do tradicional Colégio Sant'Anna na cidade de Goiás e do antigo Centro de Formação de Professores Primários, que no ano de 1983 havia se tornado o Campus Avançado de Catalão e agora é a recém-criada Universidade Federal de Catalão.

Eu sempre tive esse sonho de ser professora da Educação do Campo. É por causa das questões que eu vivenciei: a luta! A luta que é um aluno do campo para ele chegar até uma universidade, até mesmo na escola. E, aí eu sempre sonhei, sempre gostei Desde pequena eu já ensinava os outros, o que eu sabia! E, aí a minha questão é essa: ser uma professora que luta pelas causas dos alunos do campo! E, também ensinar o que eu aprendi: as novas técnicas de ensino do campo O meu sonho é trabalhar na sala de aula, seja no campo, ou seja, na cidade! Eu quero trabalhar nessa área de Educação do Campo! (Garcia, 22/01/2019).

Ao longo do curso, os estudantes foram assumindo a identidade do Educador do Campo, reforçada por uma dinâmica que valoriza o campo como lugar de luta e de significados. Em diálogo com alguns alunos que ingressaram nas primeiras turmas, é possível compreender a responsabilidade assumida na formação desses sujeitos.

Os cursos da UFG/UFCAT caminharam juntos em muitos momentos, seja no desafio inicial de propor projetos para concorrer à chamada pública ou na luta constante para garantir a permanência do curso nas instituições. O diálogo sempre próximo entre a gestão dos cursos nos trouxe a essa reflexão. Resistência sempre foi o elo mais forte que uniu os dois cursos. Apesar das realidades espaciais distintas, a força de um impulsionou o outro.

A cidade de Catalão está localizada em uma região estrategicamente explorada pelo agronegócio e pela mineração. As comunidades rurais têm sido ameaçadas pelo avanço de empresas voltadas à exploração dos recursos minerais e ao agronegócio. A terceira^{vi} maior jazida de Nióbio do mundo se encontra na região de Catalão e atrai investidores internacionais.

As famílias que residem no campo encontram dificuldades em produzir alimentos, tendo em vista que a poluição das empresas instaladas na área rural não favorece a produção. O assédio aos pequenos produtores vem em forma de oferta de emprego aos mais jovens para que possam deixar o campo.

Em contrapartida, o município de Goiás, para além do agronegócio presente no solo goiano, é um lugar marcado historicamente pela luta de diversos

segmentos sociais e sujeitos coletivos em prol da Reforma Agrária. A luta pela terra colaborou para que atualmente esse município seja a região do Estado de Goiás com o maior número de assentamentos. Ao todo são vinte e quatro (24) assentamentos.

A presença dos camponeses nesse território tem contribuído para o abastecimento do município com produtos advindos da produção campesina. Ademais, o cotidiano dos sujeitos do campo é permeado pela resistência ao modelo econômico do agronegócio. Esses sujeitos têm construído e defendido outro projeto de desenvolvimento para o campo ancorado na agroecologia. Dessa forma, a inserção dos educandos na LEdoC da UFG Câmpus Goiás contribui para o fortalecimento dessas localidades.

Os olhares dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UFG e UFCAT

Em sete anos do curso de Licenciatura em Educação do Campo no Estado de Goiás ainda vemos muitos desafios, mas vislumbramos muitas conquistas. Para acompanhar os impactos desse curso ao longo do tempo temos desenvolvido várias pesquisas^{vii} com o intuito de compreender a contribuição dessa formação docente para as comunidades de origens dos educandos. Para atualizarmos os nossos bancos de

dados convidamos alguns alunos egressos dos cursos da UFG Câmpus Goiás e da UFCAT para compreendermos a importância do curso na vida dessas pessoas.

Dos alunos e alunas convidados, seis responderam ao questionário. Foram cinco mulheres e um homem. São estudantes egressos da UFCAT e três estudantes egressos da UFG. Esses estudantes em sua totalidade vieram das escolas públicas e apenas um concluiu o Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Todos os participantes ingressaram no ano de 2014, sendo a Licenciatura em Educação do Campo o primeiro curso superior de todos os participantes que concluíram o curso no ano de 2018.

Quando perguntados sobre o vínculo que mantinham com o campo, um dado reflete a característica do vestibular específico realizado no processo seletivo das primeiras turmas. Apenas uma egressa não tem relação direta com o campo atualmente, como local onde vive ou trabalha, mas desenvolve pesquisas na pós-graduação *stricto sensu* onde está cursando o mestrado em Educação.

A formação de professores com vínculo com o campo é vista como fortalecedora da proposta da Educação do Campo. A formação dos sujeitos do campo

ou que tenham vínculo com o campo permite o aprofundamento na compreensão desse espaço - e os cursos de Licenciatura em Educação do Campo assumem esse compromisso - bem como o fortalecimento do território camponês concebido como o espaço de vida do camponês, lugar ou lugares onde existe uma enorme diversidade de culturas que constroem a sua existência. É uma unidade de produção familiar e local de residência da família. É o local que contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis consumidos pelas populações urbanas. É o sítio, o lote, a propriedade familiar, assim como também é a comunidade, o assentamento, um município onde predominam as comunidades camponesas (Fernandes, 2012).

Adequar a escola e suas especificidades vai além de manter um prédio construído no campo. Valorizar a cultura do campo não se restringe somente a inserir conteúdos que retratam o campo. Pensar em uma escola no/do campo passa pela formação dos educadores do campo. Para Ribeiro (2010),

... mesmo na formação de professores, nas escolas de nível médio, modalidade normal ou magistério, e nos cursos de Pedagogia, os currículos não contemplam disciplinas, conteúdos ou metodologias referentes ao trabalho agrícola e à cultura

produzida a partir deste trabalho e da vida do campo (p. 177).

Tornar-se um professor que dialoga com a cultura do campo passa pela própria experiência com essa realidade, com a práxis social deste docente que compreende e interage com a realidade do campo sem desmerecê-lo.

Ao serem questionados sobre as motivações que os levaram a cursar a Licenciatura em Educação do Campo, a necessidade de uma formação para ter mais oportunidades e poder atuar nas escolas e projetos da comunidade apareceram em destaque, sendo que uma egressa ressaltou a necessidade de ter conhecimentos para ajudar o filho na escola e a possibilidade de trabalho na escola do assentamento em que vive.

A Alternância também foi um atrativo para fazer o curso. Segundo a aluna A *“o regime de alternância, ofertando as disciplinas de forma condensada, sendo que em 1 mês já se realizava todas as disciplinas ... isso foi bom, a aprendizagem e qualidade do ensino, as atividades foram mais dinâmicas e interessantes”*.

A aluna se refere ao momento inicial dos cursos, que acontecia durante o recesso acadêmico da UFG, configurando-se como um dos desafios para ambos os cursos. Para Paula (2020),

mesmo com a proposta integrativa da metodologia, a escolha pelo Regime de Alternância de certa forma se configurou como um desafio aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo selecionados no edital 02/2012. Apesar dos projetos apresentarem uma proposta de Alternância, essa metodologia ainda era desconhecida em muitas universidades e o incentivo financeiro oferecido a cada IFES no valor de R\$ 4.000,00 por estudante, pagos em uma única parcela anual, era somente de custeio, o que fez com que, diante da realidade estrutural de muitos campi das universidades selecionadas, o valor fosse insuficiente para estruturar os cursos e manter adequadamente a alternância. (p. 80).

Apesar de desafiadora para ambos os cursos, a Alternância presente na Licenciatura em Educação do Campo foi capaz de estabelecer um novo olhar para o conhecimento produzido no campo, tendo em vista os cursos que foram implantados, a organicidade que os produz, que os diferencia devido a sua dinamicidade e exigência de ação dentro dos tempos em que se propõe trabalhar (TU e TC). Essa dinâmica da alternância, por si só, rompeu com a lógica temporal da universidade e oportunizou que esses cursos tratassem de sua especificidade no cotidiano das IES, haja vista que este é o elo entre o campo e a universidade.

Essa dinâmica na formação do educador do campo abriu novos horizontes aos egressos que participaram desta pesquisa. Dos seis egressos, somente uma

não está atuando no momento por questões particulares. Os demais atuam em várias frentes da escola, e somente uma não atuou na escola no campo. Eles estão nas escolas como professores, coordenadores e secretárias. A aluna B, que está cursando o Mestrado em Educação, diz ter atuado na Educação Infantil antes de ingressar no mestrado, mas se viu forçada a fazer o curso de Pedagogia para poder continuar trabalhando na creche, em parte devido à habilitação desse curso, que é para atuar nos Anos iniciais e Educação Infantil.

Quando questionados sobre a contribuição do curso para a comunidade em que estão inseridos, é unânime o reconhecimento da importância dos conhecimentos agregados durante a formação, tanto no que se refere aos aspectos acadêmicos, quanto políticos. Palavras como valorização, conhecimento e luta foram frequentes, mas também apareceu a preocupação com a inserção dos egressos do curso nas escolas do campo de suas comunidades para atuarem de forma efetiva. Ao destacarem os conhecimentos adquiridos durante o curso, uma das egressas realizou o Trabalho de Conclusão de Curso pesquisando a escola do assentamento em que vive e atua, o que para ela possibilitou maior conhecimento de sua comunidade.

O único participante do sexo masculino afirmou que fazer o curso o fez permanecer em sua comunidade local no campo, reforçando uma realidade presente em muitas comunidades, que é ida dos jovens para a cidade.

O êxodo dos jovens do campo é uma preocupação que aparece com frequência entre as famílias camponesas e a Licenciatura em Educação do Campo torna-se para muitos jovens a possibilidade de permanecerem com suas famílias, contribuindo de forma significativa para a mudança em sua comunidade. Sobre o esvaziamento da juventude do campo em busca de acesso a melhores oportunidades, Carneiro (1998) afirma que a crise na agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que diversificaram o espaço rural é responsável pela heteroginização do espaço rural e, conseqüentemente, impulsionadora do êxodo da juventude.

Diante dessa realidade a juventude rural sofre as maiores conseqüências, “por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.” (Carneiro, 1998, p. 1).

Dessa forma, os jovens acabam migrando para cidades em busca de oportunidades de estudo e de qualificação

profissional. No entanto, é quase unânime entre os jovens a decisão de não retornarem à zona rural.

Os egressos do curso sentiram-se animados em dar continuidade a sua formação inicial. Duas egressas fizeram pós-graduação em instituições públicas, dois estão buscando uma nova formação para fortalecer sua atuação profissional e uma apenas concluiu o curso.

Esse ânimo em ir além aos conhecimentos se reflete nas respostas sobre as mudanças na vida pessoal após fazer o curso. Todos destacaram a importância de terem tido acesso a um curso superior que refletisse as questões do campo. Para eles, o curso possibilitou ampliar o olhar sobre o mundo e ver o homem do campo de forma diferente. A aluna B descreve a sua experiência com o seguinte relato:

Você vê, na minha opinião, as pessoas estão em busca de um curso superior com o objetivo de se profissionalizar e ampliar as possibilidades de chegar ao mercado de trabalho com um diferencial e, assim, melhorar sua qualidade de vida. Bem, foi o que pensei quando entrei no ensino superior, mas depois de 4 anos de graduação e me via como outra pessoa, o acesso à universidade me fez construir como uma pessoa totalmente diferente, aprendi a olhar as questões com um olhar mais crítico e construtivo. Aprendi que devemos sim nos envolver nas questões sociais e políticas que nos afetam diariamente, por isso para mim muito mais do que

ter um diploma universitário, o LEdoC transformou-me numa nova mulher, que conhece os seus direitos e deveres, que acredita na educação como um processo de transformação social, e me mostrou que nasci para ser professora.

Essa possibilidade de transformação social apresentada pela egressa faz parte do projeto de educação da Licenciatura em Educação do Campo que vê como imprescindível que o professor conheça seus direitos e de sua comunidade e seja capaz de organizar um projeto educativo coerente e participativo. Para Molina (2002, p. 26), “... educador do campo é aquele que contribui com o processo de organização do povo que vive no campo”.

O quadro que emerge das escolas do campo e dos cursos de formação inicial e continuada dos educadores do campo tem que ser o de educadores com conhecimento político aliado ao conhecimento social. Esse é o compromisso assumido pelos cursos ofertados na UFG e na UFCAT que sabem da importância de se formar professores que ao atuarem nas escolas sejam capazes de compreender a realidade dos seus alunos para serem autores das mudanças que se fazem necessárias em uma escola no campo que apenas reproduz o currículo da escola urbana. Esta realidade pode ser mudada com propostas pedagógicas que valorizem a diversidade do ensino, a diversidade cultural e os

processos de interação e transformação do campo.

A última pergunta apresentada aos egressos foi se indicariam o curso de Licenciatura em Educação do Campo a outras pessoas e todas as respostas foram positivas. As respostas reforçam a característica do curso que se preocupa com a formação humana e política dos seus alunos. As respostas foram: Aluna A “*É uma forma que os filhos de assentados tem em ter uma graduação e se tornando uma pessoa com conhecimento para o mercado de trabalho com mais garantia de trabalho*”; Aluna B “*Conhecimentos que as vezes outros cursos não tem. Uma relação entre território, trabalho e educação, uma educação com igualdade através de lutas constantes.*”; Aluna C “*Eu pude vivenciar grandes experiências e me considero uma profissional muito qualificada e dedicada, então sim eu aconselharia pois tive uma formação muito ampla e específica.*”; Aluna D “*Sim, porque é através de cursos superior e de formação, que podemos crescer tanto na vida como profissional*”; Aluna E “*Com o conhecimento obtido no curso de licenciatura em Educação do Campo e morador do campo você consegue valorizar as pessoas a sua cultura o jeito do povo do campo.*”; e Aluno F “*Seria*

bom ter mais professores camponeses para atuação junto ao campo onde vivem.”

A análise do questionário direcionado a esse grupo de egressos das duas instituições nos leva a refletir sobre alguns pontos a serem considerados. Inicialmente, que o curso alcançou o seu objetivo ao ampliar os olhares desses sujeitos sobre o campo e sobre o lugar em que vivem. O curso transformou a vida dessas pessoas e atuou sobre a comunidade em que vivem de forma direta ou indireta.

Considerações finais

Este estudo nos permitiu vislumbrar a força de um projeto de educação que nasce dentro do movimento social e alcança a universidade para mudar a vida de muitas pessoas e comunidades. Mesmo diante dos desafios enfrentados durante a implementação do curso, foi possível avançar na construção de uma proposta que dialogasse com os anseios e as necessidades das comunidades que nos cercam.

Ao longo deste trabalho foi possível ver as particularidades de cada instituição, indo desde o local em que se encontram até os territórios que se colocam em disputa. Apesar de geograficamente habitar os lugares diferentes, nossa realidade institucional nos aproximou e nos trouxe

para o diálogo sobre a realidade vivenciada entre os cursos.

Em muitos momentos os alunos egressos que participaram deste estudo convergiram às mesmas ideias sem que tivessem tido a oportunidade de se conhecerem. As impressões sobre a importância da alternância na formação do educador do campo e o quanto puderam avançar em sua construção social nas comunidades deram o tom desta análise e permearam as respostas. Mas os desafios da atuação profissional nas escolas do campo também nos trouxeram elementos que devem ser problematizados a fim de avançarmos no debate e na ação.

Foi possível compreender que há tantos caminhos e histórias quanto há definições para eles. Os egressos trouxeram vários termos para falarem de suas conquistas, mas todos passaram pela “superação”. Superaram os limites anteriormente impostos a eles. Jovens, mulheres e homens da classe trabalhadora que não se contentaram apenas em ingressar na universidade, quiseram ir além e têm buscado cada vez mais ocupar o território do saber - ou seria o latifúndio do saber?

Este estudo é feito a quatro mãos, com o olhar de duas professoras que foram coordenadoras do curso em tempos de muitos desafios, muitos desalentos, mas

também com a certeza de que a luta inevitavelmente se faz lutando. O que não nos foge à análise é o fato de que há particularidades que devem ser consideradas e respeitadas independente do lugar que se habite e o que sempre irá nos unir é a certeza de que “a educação muda pessoas, pessoas mudam o mundo” (Paulo Freire).

Para nós ficou claro que o conhecimento teórico adquirido durante o curso foi capaz de sustentar e dialogar com os saberes do campo, chamando a atenção para uma abordagem cultural, sem que estivesse em detrimento a construção teórica do campo e dos seus sujeitos. Como pontos a serem fortalecidos esteve a inserção dos egressos nas escolas do campo e a ampliação de concursos, até mesmo dentro dos próprios cursos para que esses egressos possam também atuarem na formação de novos professores.

Ressaltamos que este trabalho foi apenas introdutório acerca da temática. Todavia, a importância de estudos desta natureza reside no fato de que conseguimos vislumbrar os desdobramentos da formação docente angariada no âmbito das LEdoCs. Ademais, precisamos avançar na discussão e na pesquisa a respeito do impacto dos cursos nas comunidades escolares e nos territórios dos egressos.

Referências

Arroyo, M. G. (1999). Educação básica e movimentos sociais. In Arroyo, M. G., & Fernandes, B. M. (Orgs.). *A educação básica e o movimento social do campo* (pp. s./p.). Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo.

Carneiro, M. J. (1998). O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In Silva, F. C. T., Santos, R., & Costa, F. C. (Orgs.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares* (pp. 95-117). Rio de Janeiro: Campus.

Caldart, R., Pereira, I. S. A. P., & Frigotto, G. (Orgs.). (2012). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Castro, A. G. (2020). *Do Rural ao Campo: Formação de professores para qual educação?* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói. Recuperado de: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16781>

Edital N. X/2012. (2012). *Edital de seleção SESU/SETEC/SECADI/MEC*.

Fernandes, B. M. (2012). Território Camponês. In Caldart, R. S., et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 744-748). Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular.

Molina, M. C. (2002). Desafios para o educador e a educadora do campo. In Kolling, E. J., Cerioli, P., & Caldart, R. S. (Orgs.). *Educação do Campo: identidade e políticas públicas* (pp. 26-30). Brasília: Articulação Nacional. Coleção Por uma Educação do Campo.

MST. (2004). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Boletim da Educação n. 9*. Educação no MST,

balanço 20 anos. 1. ed. Setor de Educação do MST.

Paula, H. V. C. (2020). *Territórios e projetos em disputa na institucionalização dos cursos de licenciatura em educação do campo* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Recuperado de: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29195>

Ribeiro, M. (2010) *Movimento camponês, trabalho e educação*. São Paulo: Expressão Popular.

Stédile, J. P., & Fernandes, B. M. (2012). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2. ed. São Paulo.

ⁱ De forma singular, a Pedagogia da Alternância surgiu na França na década de 1930. E foi fruto da luta dos sujeitos do campo franceses que, juntamente com a Igreja e líderes sindicais, encontraram na alternância uma possibilidade para garantir o vínculo da educação dos seus filhos com a permanência no seio familiar e no campo, bem como um ensino articulado com a realidade e as necessidades agrícolas, entre outros. Ela se expande por outros países da Europa até chegar ao Brasil na década de 1960, sendo adotada pela Escola Família Agrícola. No ensino superior a concepção pedagógica baseada na alternância ocorreu em 1998 com a oferta das turmas especiais do curso de Pedagogia da Terra.

ⁱⁱ Realizada pelo Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Superior – SESU, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI

ⁱⁱⁱ As áreas sugeridas foram: (i) Linguagens e Códigos; (ii) Ciências Humanas e Sociais; (iii) Ciências da Natureza; (iv) Matemática; e (v) Ciências Agrárias. Contudo, o MEC recomendou que as habilitações oferecidas contemplassem preferencialmente a área de Ciências da Natureza e Matemática.

^{iv} Ressalta-se que no ano de 2019 a Regional Catalão se desmembrou da Universidade Federal de

Goiás, tornando-se Universidade Federal de Catalão.

^v Segundo o item 2.1.1.1 do Edital n. 082/2013 da UFG, “são consideradas escolas do campo aquelas que têm sua sede em espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural e, mais amplamente, aquelas escolas que, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas, atendam à população de municípios cuja reprodução social e cultural está majoritariamente vinculada ao trabalho no campo, conforme Decreto n. 7.352, artigo 1º, §1º, Inciso II, de 4 de novembro de 2010” (UFG, 2013, p. 01).

^{vi} Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), 98% dos depósitos de nióbio em operação no mundo estão no Brasil. Desse total, 75% estão concentrados na cidade de Araxá (MG), 21% se encontram em depósitos não comerciais na Amazônia e os outros 4% estão em Catalão (GO).

^{vii} Por exemplo, as pesquisas intituladas: “Formação de Professores: Um olhar sobre a Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás” e “Formação de Professores: Da Educação Rural à Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás”, ambas aprovadas pelo Comitê de Ética da UFG, foram desenvolvidas para alcançar, entre outros, tal intento. Ressaltamos que os fragmentos das entrevistas utilizados no decorrer do texto são frutos desses trabalhos.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 30/08/2021
Aprovado em: 12/10/2021
Publicado em: 13/11/2021

Received on August 30th, 2021
Accepted on October 12th, 2021
Published on November, 13th, 2021

Contribuições no Artigo: As autoras foram as responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: As autoras declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Paula, H. V. C., & Castro, A. G. (2021). A Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás: olhares dos egressos sobre os múltiplos aprendizados na formação do educador do campo na UFG e UFCat. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12971.
<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12971>

ABNT

PAULA, H. V. C.; CASTRO, A. G. A Licenciatura em Educação do Campo no estado de Goiás: olhares dos egressos sobre os múltiplos aprendizados na formação do educador do campo na UFG e UFCat. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 6, e12971, 2021.
<http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12971>